

DECRETO MUNICIPAL Nº 5813

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO INSTITUTO DA PROGRESSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCELO DE MORAIS, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que as Leis Municipais nº 2987/2002 e 3753/2011 dispõem, respectivamente, “Sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal” e “Sobre Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal”,

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 2º, XII, 18 e ss., da Lei 2987/02 e art. 6º, IX, art. 36 e ss., da lei 3753/2011 está previsto o instituto da Progressão ao servidor público municipal, devendo este, ser processado uma vez por ano, observado o interstício de três anos após a Progressão anterior,

CONSIDERANDO que a Progressão é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa de vencimentos da classe de cargos a que pertence, por avaliação de desempenho e cumprimento de interstício, obedecidas as normas estabelecidas em lei,

CONSIDERANDO que para fins de análise e deferimento da progressão, foram realizadas avaliações de desempenho de todos os servidores que cumpriram com o interstício de três anos no cargo e que os atos coletivos de progressão deverão ser baixados por ato administrativo do poder público;

CONSIDERANDO que conforme Nota Técnica SEI nº 20581/2020/ME do Ministério da economia, ao tratar do assunto: Questionamentos a respeito da aplicabilidade da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Referência: Processo nº 19975.112238/2020-40, conclui-se que com relação ao disposto no inciso I e no inciso IX do art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 2020, os institutos das progressões e promoções, por exemplo, não se enquadram na vedação apresentada em tais dispositivos, uma vez que tratam-se de formas de desenvolvimento nas diversas carreiras amparadas em leis anteriores e que são concedidas a partir de critérios estabelecidos em regulamentos específicos que envolvem, além do transcurso de tempo, resultado satisfatório em processo de avaliação de desempenho e em obtenção de títulos acadêmicos.

DECRETA:

Art. 1º – Fica concedido a partir do mês de **março de 2021**, aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, o benefício da Progressão, previsto nos artigos 2º, XII e 18 e ss., da Lei 2987/2002 e do art. 6º, IX, e 36 e ss., da Lei 3753/2011:

Matrícula	Funcionário	Cargo	Progressão
14342	ADILSON VIEIRA DE PADUA	PROFESSOR NIVEL III	B
4660	ALESSANDRA MARCIA M VOLPE	PROFESSOR NIVEL IV	F
8782	ALINE MARIA DE A BRAGHINI	PROFESSOR NIVEL II	D
8783	ANGELITA DE FATIMA MEDEIROS	SECRETARIO ESCOLAR	D
14345	CLAUDINEA APARECIDA DE SOUZA BUENO	PROFESSOR NIVEL III	B
8816	ESTER MELO SOUZA	ENFERMEIRO II	D
6828	IRONEL QUEIROZ	MOTORISTA II	E
14347	JAQUELINE APARECIDA BERNARDES DE SA	PROFESSOR NIVEL II	B
8825	LARISSA MARCOMINI	PROFESSOR NIVEL III	D

14344	LIGIA APARECIDA DE LIMA PEREIRA	PROFESSOR NIVEL III	B
4245	NALDA APARECIDA MARTINS	PROFESSOR NIVEL III	F
14339	ROZALINA CORREIA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I	B
14378	SIRLEI ABADIA DE CARVALHO	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	B
14346	TATIANA CRISTINA VALENTE	PROFESSOR NIVEL III	B

Art. 2º – O servidor que entender que sua progressão tenha sido feito em desacordo com as normas constantes das Leis 2987/2002 e 3753/2011 poderá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste Decreto, encaminhar ao Sr. Prefeito Municipal, petição de revisão de progressão, devidamente fundamentada e protocolada.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor este Decreto, na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de **01 de março de 2021**.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 10 de março de 2021.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal